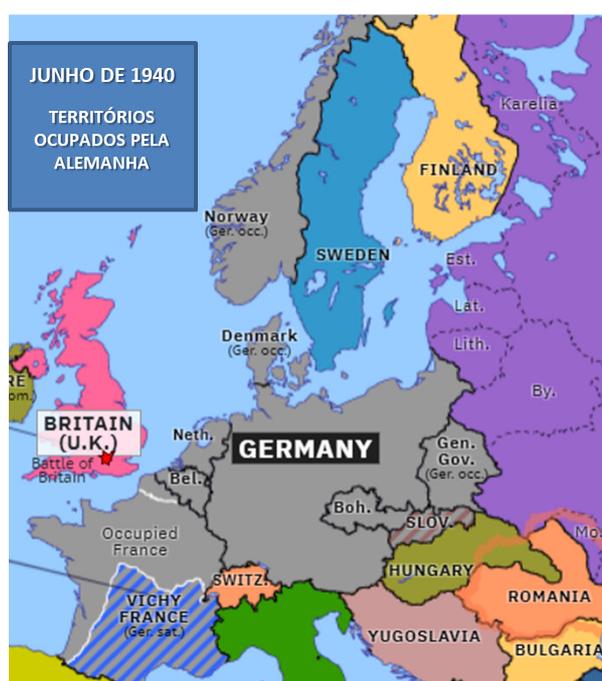


## 1940 – DE COMO ADOLF HITLER VOLTOU A OFERECER A PAZ

Em 22 de Junho de 1940, após a fulminante ofensiva alemã contra a Holanda, Bélgica e França, os representantes da República Francesa assinaram, em Rethondes, o armistício que punha fim à sua participação, enquanto Estado, na 2.ª Guerra Mundial. Nessa data, o *III Reich* havia, desde 1 de Setembro de 1939, invadido e ocupado a Polónia, a Dinamarca e a Noruega, conquistas às quais acrescentava, agora, a Holanda, a Bélgica, o Luxemburgo e a França. Ainda antes de 1 de Setembro de 1939, já havia anexado a Áustria, e, pelo acordo de Munique de 1938, os Sudetos. Depois, violando os ditos acordos de Munique, apoderara-se do restante território correspondente à actual República Checa e criara um Estado fantoche na Eslováquia.



A derrocada da França animara Mussolini a declarar-lhe guerra em 10 de Junho e até a União Soviética entendera ser oportuno ocupar a Bessarábia e a parte norte da Bukovina, em 28 de Junho, territórios que pertenciam à Roménia.

Adolf Hitler, saciado com o triunfal domínio de grande parte da Europa Ocidental e Central, estava pronto a pôr fim à guerra, isto é, era de seu interesse que a única potência que ainda se lhe opunha – a Grã-Bretanha – admitisse que era estulto prosseguir a luta em tão desventurosas condições. Para começar a manobra de convencimento, a guerra aérea contra a Grã-Bretanha (também designada por “Batalha de Inglaterra”) teve o seu início em 10 de Julho, pouco mais de duas semanas após a assinatura do armistício com a França. Seguidamente, alardeando os sempre louváveis anseios de paz, entendeu ter chegado nova oportunidade de tornar pública a sua oferta de paz. Assim, em 19 de Julho de 1940, perante os deputados do *Reichstag*, reunidos no teatro *Krollopera* de Berlim, começou por explicar como a Alemanha **fora constrangida** a ir para a guerra:

Convoquei-vos para aqui, no meio da luta grandiosa para a libertação futura da nação alemã, por dois motivos: por um lado, a necessidade de explicar ao nosso próprio povo

os acontecimentos históricos de que fomos testemunhas e o desejo de agradecer aos nossos soldados alemães; por outro, a intenção de dirigir novo – e desta vez último – apelo ao bom senso do Mundo.

Quem comparar as causas desta guerra com a extensão e o alcance dos acontecimentos militares verificará que as acções e os sacrifícios da luta estão fora de toda a proporção com elas, mesmo que não se queira dizer que os motivos aduzidos não passaram de pretextos para a realização de intenções secretas.

O programa do Partido Nacional Socialista – na parte referente ao futuro regulamento das relações entre o *Reich* e o estrangeiro – tendia a chegar, em todos os casos, se isso fosse possível, à revisão do Tratado de Versalhes, pela via pacífica.

A revisão era necessária, por natureza. A impossibilidade de manter as decisões de Versalhes não assentava apenas na discriminação humilhante, para reduzir o povo alemão à privação dos seus direitos, o que era assegurado pelo desarmamento, mas, sobretudo, no aniquilamento material da época de hoje, em consequência do “diktat” e na destruição intencionada do futuro de um dos maiores povos civilizados do Mundo, no parcelamento absolutamente insensato de territórios enormes, que foram colocados sob o domínio de alguns Estados, no raptó, ao vencido, das suas bases indispensáveis de vida e de bens, sem os quais não podia passar.

Desgraçadamente, por vontade dos homens responsáveis pelo “diktat” de Versalhes, a instituição de Genebra não foi encarada como um instrumento destinado a conduzir a revisões razoáveis. Pelo contrário, a S.D.N. não foi, desde o princípio, outra coisa senão a garantia da execução, sem escrúpulos, das decisões de Versalhes e da sua manutenção. Todas as tentativas da Alemanha democrática para atingir, pela via revisionista, a igualdade de direitos, não obtiveram resultados.

É de interesse do vencedor olhar as suas imposições como sagradas para todos, mas pertence ao vencido salvaguardar e reconquistar os direitos naturais do homem.

Por esta razão, a reivindicação franco-britânica de fazer da paz forçada de Versalhes uma espécie de Direito Internacional, ou mesmo de Direito Supremo, não passava, para cada alemão honesto, duma apropriação impertinente. Por outro lado, o facto de serem justamente os homens de Estado ingleses e franceses que queriam impor-se, a todo o custo, como guardas do Direito e mesmo da cultura humana, era, aos olhos dos alemães, uma pretensão ridícula, uma pretensão que, pela sua própria e profunda inferioridade, estava suficientemente esclarecida e julgada.

O movimento nacional-socialista anunciou, no seu programa, ao lado da libertação interna do jugo judaico-capitalista e de uma delgada camada de pluto-democratas, que exploravam o povo, a decisão de libertar o Reich, no exterior, das cadeias da paz forçada de Versalhes. As reivindicações alemãs eram necessárias, vitais e naturais para a existência e para a honra de qualquer grande povo. Elas serão qualificadas, pela história, de moderadíssimas. Todas essas reivindicações deviam, contudo, ser realizadas, na prática, contra a vontade dos dirigentes franco-ingleses.

Todos nós tivemos o direito de considerar como êxito brilhante para os dirigentes do *III Reich* o facto de a revisão ter sido efectuada, durante anos, sem guerra. Não tomámos este caminho por não estarmos em condições de fazer a guerra, ao contrário do que as demagogias britânica e francesa acreditavam.

Quando se teve a impressão de que o bom senso tinha prevalecido e de que se chegaria, por cooperação internacional, à resolução, também por via pacífica, dos problemas que ainda estavam em suspenso, verificou-se que as decisões tomadas na conferência de Munique, em 29 de Setembro de 1938, não só não foram acolhidas com satisfação pela opinião pública de Londres e Paris, como as condenaram mesmo como sinais de terrível fraqueza.

Os judeus e os capitalistas cobertos de sangue, que instigavam a guerra, compenetravam-se de que o êxito eventual duma revisão pacífica conduziria a perdas de todos os pretextos materiais para a realização dos seus pérfidos planos. Mais uma vez se assistiu a esta conspiração de políticos e financeiros venais, para quem a guerra não passa de um meio, acolhido com satisfação, para levar a prosperidade aos seus negócios.

Mais uma vez, o veneno internacional judeu começou a destruir o bom senso do Mundo. Judeus e franco-mações, fabricantes de armas e especuladores da guerra, mercadejadores e exploradores internacionais, encontraram políticos e naturezas à Heróstrato<sup>1</sup> que pretendiam ser a guerra desejável. Foram estes elementos que encorajaram o Estado polaco a adoptar uma atitude que não correspondia às reivindicações alemãs e, ainda muito menos, às consequências provocadas pelas circunstâncias. Não deve esquecer-se que foi precisamente para com a Polónia que o *Reich* alemão, depois do advento do nacional-socialismo ao poder, deu provas de verdadeira generosidade.

Churchill e os outros fautores da guerra, se tivessem mostrado, apenas, uma parcela do sentimento de responsabilidade que eu demonstrei, a respeito da Europa, não teriam podido realizar a sua manobra infame. Só a eles e a todos os outros interessados na guerra europeia, e não europeia, é que se deve atribuir o facto de a Polónia ter recusado as propostas que não atingiam de maneira alguma a sua honra nem a sua integridade territorial e de haver preferido recorrer às armas. [...]

Este combate teria sido possível evitar-se no dia 2 de Setembro. Mussolini apresentou uma proposta para a cessação imediata das hostilidades, e para a negociação da paz. Apesar de a Alemanha não ter dúvidas sobre a sua vitória militar, aceitei esta proposta. Mas os belicistas anglo-franceses preferiram a guerra à paz. [...]

Estava projectada, desde o começo da luta, a perfuração da Linha Maginot. Foi somente quando se teve a certeza de que o inimigo pretendia atacar a região do Rhur através da Bélgica e da Holanda, que o contra-ataque foi levado a efeito, no dia 10 de Maio, pela fronteira daqueles dois países.

---

<sup>1</sup> Incendiário grego, responsável pela destruição do templo de Artemis em Éfeso, na actual Turquia.

Hitler pretendia, deste modo, justificar a violação da neutralidade da Holanda e da Bélgica com a necessidade de se antecipar a uma manobra idêntica da parte dos Aliados. O mesmo argumento do “ataque preventivo” foi usado por Vladimir Putin, em Fevereiro de 2022, para justificar a invasão da Ucrânia.

Prosseguindo no seu longo discurso aos deputados alemães, acrescentaria o *Führer*:

Foi em 6 de Outubro de 1939 que falei aqui pela segunda vez ao povo alemão, depois do princípio da guerra. Nessa ocasião, dirigi um apelo ao bom senso dos homens responsáveis dos países inimigos e aos próprios povos. Quis preveni-los contra a continuação da guerra, cujas consequências deveriam ser logicamente desastrosas. Adverti, principalmente, os franceses de que não deviam começar um combate que, pela sua própria natureza, partiria da fronteira para o interior do seu país, o que, independentemente do resultado, teria consequências terríveis para a França. Dirigi este apelo também ao resto do Mundo.

Temi – é verdade – não somente pregar a surdos, mas suscitar ainda maior ódio da parte dos provocadores da guerra. Tinha razão: as coisas passaram-se exactamente assim. Os elementos responsáveis da Inglaterra e da França consideraram o meu apelo um perigoso ataque aos seus fins de guerra. Por isso, apressaram-se a responder que era impossível qualquer acordo, que este seria mesmo considerado um crime e que a guerra devia continuar, em nome da cultura, do progresso, da civilização e, ao mesmo tempo, da santa religião. [...]

Em poucos dias, esses provocadores conseguiram apresentar-me ao Mundo como um covarde. Insultaram-me pessoalmente, porque propus a paz. Chamberlain escarrou formalmente sobre mim e recusou-se – seguindo as directrizes dos incendiários que se acumulavam atrás dele, como Churchill, Duff Cooper, Eden, Hore Belisha, etc. – a falar de paz e, com mais forte razão, a agir nesse sentido. Foi desta maneira que tal bando de grandes capitalistas pediu, em alta grita, a continuação da guerra. A guerra continuou, e esta continuação acaba de ter o seu fim.<sup>2</sup>

Depois de haver feito uma longa descrição das operações militares posteriores à conquista da Polónia e de ter enaltecido diversas figuras políticas e militares do *Reich*, Hitler regressou à sua dissertação sobre a atitude dos Aliados e as perspectivas de um entendimento para pôr fim ao conflito:

No meu discurso de 6 de Outubro, quando predisse o desenvolvimento futuro da guerra, não me enganei. Se não é especialmente nas derrotas que se vê um indício da vitória final, creio que o desenvolvimento dos acontecimentos me deu razão, até agora. Embora estivesse persuadido desse desenvolvimento, estendi a mão à França e à Inglaterra, para chegar a um entendimento. A resposta que recebi ainda está gravada na minha memória. Todos os argumentos são tendentes a demonstrar a estupidez de continuar a guerra e provar que eles têm agora, mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, tudo a perder e nada a ganhar. Então, as minhas palavras foram acolhidas com grosserias.

---

<sup>2</sup> *Discursos Históricos 1939-1941*, Livraria Latina Editora, Porto, 1944, pp. 103-108.

Eu tinha-vos assegurado, neste momento, que receava, em virtude da minha proposta de paz, ser alcunhado de cobarde, por já não poder combater. E as coisas passaram-se assim. Creio, todavia, que hoje em França, a não ser os homens de Estado culpados, ninguém considera com indiferença a data de 6 de Outubro. Que misérias sem nome não têm caído, desde então, sobre esse país e sobre esse povo?

Churchill e Reynaud, pelos seus conselhos e ordens, têm causado o sofrimento a milhares de homens, do que não querem assumir a responsabilidade, nem neste Mundo, nem no outro. Tudo isso, como nós o dissemos, não teria sucedido, porque ainda no mês de Outubro, nada reclamava da França nem da Inglaterra.

Eis que de Londres eu não ouço senão um grito que não é o grito das massas, mas dos políticos, pedindo a continuação da guerra. Ignoro se estes políticos fazem uma ideia exacta do que será esta futura continuação da guerra. Parece que os políticos partirão para o Canadá. Penso que o povo ficará na Inglaterra. Ele verá a guerra em Londres, duma maneira diferente da que os seus dirigentes a verão no Canadá. Sinto-me triste ao pensar que o destino me elegeu para dar o golpe de misericórdia ao que estes homens têm votado à ruína. [...]

O sr. Churchill crê que será a Alemanha a destruída; eu sei, quanto a mim, que será a Inglaterra.

Nesta hora, sinto-me no dever de dirigir, uma vez ainda, um apelo à razão da Inglaterra. Creio poder fazê-lo porque não solicito como vencido, mas falo com a razão dum vencedor. Não vejo nenhum motivo que possa aconselhar o seguimento desta luta. Lamento aqueles que serão as vítimas. Ao meu próprio povo eu queria poupar estes sacrifícios. Sei que milhões de homens e adolescentes na Alemanha desejam medir-se, enfim, com o inimigo que, sem sombra de justiça, nos declarou a guerra pela segunda vez. Mas sei também que há entre nós muitas mulheres e mães que estão sinceramente prontas a sacrificar o que lhes é mais querido, não estando por isso menos ligadas de todo o seu coração a estes seres amados. Concedo ao sr. Churchill que desdenhe a minha declaração, crendo que ela é o triste fruto do meu medo e da minha dúvida na vitória final. Terei, pelo menos, aliviado a minha consciência perante os cataclismos que virão. [...]<sup>3</sup>

Em 22 de Julho, a Grã-Bretanha rejeitou liminarmente a oferta de paz e a guerra prosseguiria, ainda, por mais de 5 anos.

Reflexão: a Grã-Bretanha devia, em nome do valor supremo da paz, ter aceitado a proposta de Hitler?

David Martelo – 30-06-2022

---

<sup>3</sup> *Idem*, pp. 120-122.